



ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

A questão sul-africana: literatura, colonialismo e masculinidades em *Marie* (1912), de H. Rider Haggard

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i1.36400>

Evander Ruthieri da Silva

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professor substituto de História da Educação na UFPR, evander.ruthieri@gmail.com

Palavras Chave:

História e Literatura; Rider Haggard; colonialismo; masculinidades.

Keywords:

History and Literature; Rider Haggard; colonialism; masculinities

Palabras clave:

Historia y Literatura; Rider Haggard; colonialismo; masculinidades.

Resumo

O escopo central do artigo converge na análise e problematização das relações entre colonialismo e masculinidade na produção literário-intelectual do romancista H. Rider Haggard (1856-1925), com destaque para seu romance *Marie* (1912). A narrativa literária cinge elementos da ficção e realidade ao narrar eventos do passado sul-africano, em especial o Great Trek, período de migrações e deslocamentos de colonos bóeres na década de 1830. No cerne de um contexto imaginado com as marcas da violência e do martírio, Haggard retrata a formação de seu protagonista, o caçador Allan Quatermain, de modo a promover figurações de virilidade e heroísmo que atuam como respostas ao que muitos de seus contemporâneos sentem e ressentem como crises da masculinidade no fin-de-siècle.

Abstract

The South African Question: Literature, Colonialism and Masculinities in H. Rider Haggard's *Marie* (1912)

The central scope of the article converges in the analysis and problematization of relations between colonialism and masculinity in H. Rider Haggard's (1856-1925) literary and intellectual production, with emphasis in his romance *Marie* (1912). The literary narrative deals with elements of fiction and reality by narrating events from South African past, especially the Great Trek, a period of migrations and displacements of Boer colonists during the 1830s. At the heart of a context imagined with violence and martyrdom, Haggard depicts the formation of his protagonist, the hunter Allan Quatermain, in order to promote virility and heroism, which act as answers to what many of his contemporaries feel and resent as crises of masculinity in the *fin-de-siècle*.

Resumen

La cuestión sudafricana: literatura, colonialismo y masculinidades en *Marie* (1912), de H. Rider Haggard

La meta central del artículo converge en la análisis y problematización de las relaciones entre colonialismo y masculinidad en la producción literario-intelectual del novelista H. Rider Haggard (1856-1925), con destaque para su romance *Marie* (1912). La narrativa literaria establece una relación entre elementos de ficción y realidad al narrar eventos del pasado sudafricano, en especial el Great Trek, período de migraciones y desplazamientos de colonos bóeres en la década de 1830. En el corazón de un contexto imaginado con las marcas de la violencia y el el martirio, Haggard retrata la formación de su protagonista, el cazador Allan Quatermain, para promover imágenes de virilidad y heroísmo que actúan como respuestas a lo que muchos de sus contemporáneos sienten y resienten como crisis de la masculinidad en el *fin-de-siècle*.

Introdução

Os processos de construção sociocultural das masculinidades, das relações de gênero e da produção histórica de subjetividades, constituem temáticas que tem instigado análises a respeito da experiência humana no tempo. A produção historiográfica recente tem articulado estudos dedicados à problematização da constituição de modelos hegemônicos de masculinidade, por meio de práticas e representações sociais, nas dinâmicas do cotidiano e nas relações culturais, ou enquanto contraponto, se o ângulo de abordagem incidir sobre as dimensões problemáticas e conflituosas do ser homem, os traumas e exclusões produzidas pelos códigos de virilidade (MATOS, 2001, p.46). Atenção especial tem sido atribuída às relações entre masculinidade e “culturas políticas”¹, sobretudo na chamada Era dos Impérios do século XIX, período em que transformações urbanas nas metrópoles e os encontros interculturais nas colônias promoveram reformulações graduais e significativas na valoração social das masculinidades.

No que diz respeito ao imperialismo britânico entre as décadas de 1870 e 1900, as representações dos territórios coloniais sul-africanos na cultura escrita e literária fornecem vértices de interpretação para as ansiedades em torno da manutenção das fronteiras geopolíticas e raciais do Império, devido aos constantes conflitos e rivalidades políticas transcorridas naquela região. Afinal, naquele contexto, literatos, viajantes e historiadores convergiam em um ímpeto comum: o escrutínio de origens demarcatórias da colonização na África do Sul, bem como das relações interétnicas e resistências nativas frente a tais processos históricos. No

nicho da literatura de entretenimento, os romances aventurecos ambientados no território sul-africano produziam adaptações dos ideais de honra masculina e cavalheirismo nos limites dos interesses políticos coloniais, lugares em que, livres das restrições sociais e constrangimentos morais da metrópole, homens comuns e ressentidos, após árduo percurso, transformavam-se em heróis, pioneiros ou desbravadores.

As reflexões deste artigo possuem como foco de análise os vínculos entre masculinidades e colonialismo britânico a partir da produção literária e trajetória do literato H. Rider Haggard (1856-1925), com destaque ao romance *Marie* (1912), o qual narra a formação de seu herói, o caçador Allan Quatermain, na África do Sul da década de 1830. Na primeira parte, discute-se a configuração do que se convencionou considerar como uma crise da masculinidade nas últimas décadas do século, gestada a partir das reformulações nos lugares sociais ocupados por homens e mulheres. Em seguida, o conceito de *bildungsroman* (romance de formação) orienta o escrutínio histórico do texto literário em duas dimensões simbióticas: a) das relações entre a literatura e a representação do passado da história sul-africana, sobretudo as migrações de bôeres no *Great Trek* (1836-1838) enquanto instância de formação da nação; b) da formação e exibição da virilidade de seu protagonista, em particular a partir de traços de heroísmo militar e proezas físicas, com ênfase na recusa de certo modelo familiar/doméstico de masculinidade.

“A todos os meninos, pequenos e grandes”: Allan Quatermain, Rider Haggard e o romance de aventura

O interesse renovado pelos historiadores

¹ As “culturas políticas”, compreendidas em seu caráter plural, constituem “um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos” em relação aos processos políticos que os sujeitos históricos estão envolvidos (BERNSTEIN, 1998, p.250). Além disso, “as representações do passado na historiografia, na literatura e no cinema, colocam-se, no nosso entender, no centro das problemáticas de criação, consolidação, difusão e cristalização das culturas políticas. E a sua aquisição e interiorização, tal como consideramos, se inserem também, nas motivações do político” (DUTRA, 2002, p.27).

em torno da formulação de códigos de virilidade atende às necessidades por uma história das relações de gênero e da produção de subjetividades atenta à construção sócio-histórica das masculinidades (TOSH, 1994, pp.179-202). Para os pesquisadores que tratam das classes médias vitorianas nas últimas décadas do século XIX, a problematização destes temas torna-se encorajadora, pois tal contexto envolveu a produção de centenas de tratados médicos e discursos morais-religiosos dedicados à formação física e moral de certa “masculinidade hegemônica” (CONNEL, 1995), expressão que referencia um ideal cultural de masculinidade, a partir do qual outras subjetividades mantêm relações complexas de cumplicidade, inflexão ou marginalização. A emergência de ideais como o *muscular Christian*, que nas décadas de 1840 e 1850 cinge força física e moral religiosa, demonstra a subjetivação de sentimentos entre os homens das classes médias, e possibilita “pensar a masculinidade como diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações, rastreando-a como múltipla, mutante e diferenciada no plano das configurações práticas, prescrições, representações e subjetivações” (MATOS, 2001, p.47).

No que referencia as contribuições dos estudos de gênero para a historiografia do século XIX, atenção redobrada tem sido concedida às situações de exibição da virilidade, suas modulações sociais e os traumas causados pelo esforço de muitos jovens do período em legitimar-se enquanto homens. Além disso, este período é categorizado como um momento de valorização máxima da virilidade, seja por meio da crença em suas relações com as teorias raciais, pelas sagas de exércitos coloniais ou revolucionários, a criação dos esportes modernos, a institucionalização de duelos ou a multiplicação de espaços de sociabilidade exclusivamente masculina (CORBIN, 2013, p.7). Valores como a coragem, o heroísmo, o autossacrifício pela pátria ou pela glória,

manifestam-se tanto em atos concretos quanto na imaginação literária do período, em especial nos romances de aventura que fornecem aos seus leitores nada menos que uma cartilha das necessárias expressões das energias viris. Por isso, mais do que simples reflexos do real, a análise dos romances aventureiros produzidos neste período requer ênfase na “historicidade e potência política dos produtos artísticos” (KAMINSKI, 2013, p.65), para refletir a respeito das interlocuções entre ficção e realidade na relação entre masculinidade e culturas políticas do colonialismo.

Sob esta ótica, compete mobilizar uma perspectiva teórico-metodológica que privilegie a capacidade da narrativa literária em expressar rastros de razões e sentimentos partilhados no passado e traduzidos em forma de texto. Estes elementos convergem com o desafio de pensar historicamente a potencialidade humana de expressar posicionamentos políticos por intermédio da ficção, a qual permite investigar o “modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos” (PESAVENTO, 2012, p.82). A preocupação com a historicidade inerente à literatura remete a pensá-la “como substrato para o escrutínio de percepções, representações, figurações, por meio das quais se buscam os movimentos de instituição de imaginários e da própria temporalidade enquanto tal” (CAMILOTTI; NAXARA, 2009, p.39). Portanto, em um jogo de vai-e-vem entre ficção e realidade, e no cotejo de fontes e problemas, visa-se seguir a sintonia refinada e as relações simbióticas entre textos e contextos no que referencia a produção intelectual de Rider Haggard.

Romance de estreia do personagem Allan Quatermain, *King Solomon's Mines*, escrito e publicado originalmente em 1885, igualmente assinala a popularidade de H. Rider Haggard enquanto autor de ficções aventureiras no continente africano. A trama, ambientada na década de 1880, inicia em Durban (atualmente

na África do Sul), quando o caçador Quatermain é requisitado por Sir Henry Curtis e por seu companheiro, o Capitão Good, para encontrar o irmão do aristocrata, desaparecido em uma região desconhecida da África ao buscar por tesouros associados às lendas das fabulosas minas do Rei Salomão. Amparados pelo misterioso mapa redigido por um explorador português do século XVI, Quatermain e seus companheiros partem para Kukuanalândia, região supostamente localizada no extremo sudeste do Congo. Os aventureiros entram em confronto com a tribo dos Kukuana, governados por um monarca usurpador, Twala, e pela vil feiticeira Gagool. Após uma série de incidentes e violentos conflitos, Quatermain e seus companheiros destronam Twala, restituem o trono ao seu verdadeiro herdeiro, o bravo e gentil Ignosi, e encontram as minas de diamante, garantia do sucesso financeiro da expedição.

O heróico Allan Quatermain em *King Solomon's Mines* personifica as atitudes de Rider Haggard com relação às ações e ambiguidades encontradas por europeus nos territórios coloniais, bem como a valorização de certa virilidade amparada em proezas físicas, solidariedade masculina e ímpeto pela aventura. Apesar de garantir aos leitores que “sou, para ser honesto, um tanto quanto covarde, e certamente de nenhuma forma propenso a lutar”, o conflito contra as forças de Twala, no clímax do romance, evocam em Quatermain a paixão pelo combate: “pela primeira vez, senti meu peito estufado com ardor marcial. Fragmentos de guerras lendárias, junto com numerosos versos sanguinários do Antigo Testamento, germinavam em meu cérebro como cogumelos na escuridão” (HAGGARD, 1901, p.190-191). Na escrita de Rider Haggard, a masculinidade não se associa necessariamente às qualidades intelectuais, mas sim, e de modo acentuado, ao condicionamento físico e à agressividade vista como necessária para defender a honra e o Império Britânico. Evidenciam, portanto, uma dimensão

pragmática da masculinidade, a qual, para produzir cidadãos fortes capazes de defender os limites do Império, situam a reflexão e a capacidade crítica em segundo plano.

Nestas narrativas, a virilidade e os sentimentos de ódio racial tornam-se paradoxalmente capazes de trazer à tona o que havia de mais primitivo e bárbaro em homens anglo-saxônicos, relativizando sua condição racial a partir do que Quatermain categoriza como “um desejo selvagem de matar e de não poupar ninguém” (HAGGARD, 1901, p.191). Estas ambiguidades raciais, que aproximam e comensuram a racialidade e a virilidade de europeus e africanos em narrativas de aventura colonial, entrelaçam-se profundamente a duas questões centrais para muitos homens ao *fin-de-siècle*, dimensões interdependentes em que este artigo concentra-se: a manutenção simbólica e efetiva do Império Britânico e a revitalização de certo modelo de masculinidade vitoriana, baseado em sistemas de representações, valores sociais e códigos de normas amparados na coragem heróica e na honra, no autodomínio corporal e na exaltação da agressividade viril.

A publicação de *Origins of the Species* (1859), do naturalista Charles Darwin, promove, entre muitos de seus intérpretes, uma justificação científica da superioridade racial anglo-saxônica, bem como um poderoso alibi para o “cultivo do ódio” entre os vitorianos, isto é, a crença na tendência natural ao conflito para garantir a sobrevivência dos mais fortes (GAY, 1995, p.46). Entre as décadas de 1880 e 1890, seus leitores, preocupados com o que parecia ser um declínio no vigor físico e moral de muitos homens e mulheres nos centros urbanos, atentam-se ao que consideram como a contrapartida da evolução humana, sua degenerescência, parte integrante de diversos discursos com pretensão científica e de interpretação social naquele período. Pelo menos desde a metade do século, a ideia de um retorno ao animalesco e a condições primitivas é sistematizada pela obra do alienista francês

Bénédic-Augustin Morel nos seus estudos sobre transtornos mentais e, a partir da década de 1870, apropriada pela criminologia de vertente antropológica, de modo a produzir profusas especulações a respeito dos estigmas externos e do comportamento de tipos degenerados.

Entre os ingleses do último quartel do século, estas teorias de degenerescência e criminalidade hereditária implicam em certa crise nos códigos de masculinidade hegemônica, situação amplificada por uma série de *exposés* na imprensa, ao exemplo da descoberta de um prostíbulo masculino em Cleveland Street em 1889 ou os assassinatos cometidos pelo estripador de Whitechapel entre agosto e novembro do ano anterior, os quais publicamente patologizam a sexualidade masculina, produzindo um imaginário de predadores sifilíticos e enlouquecidos. Doenças previamente consideradas como características do organismo feminino são identificadas em homens, ao exemplo da histeria e da neurastenia, situações ilustrativas dos espectros e máculas que assombram a virilidade finissecular nos centros urbanos. Disseminava-se uma crença de que, sob a fina e frágil camada de civilidade, os efeitos físicos e morais das experiências traumáticas da modernidade eram capazes de trazer à tona o que havia de mais primitivo e perverso, ou ainda produzir indivíduos fracos e anêmicos, especialmente nos centros urbanos.

Rider Haggard compartilha, como muitos jovens da classe média vitoriana nas décadas de 1870 e 1880, uma ansiedade acentuada com relação à degenerescência racial e ao declínio social, palavras-chave para a compreensão de diversos contextos culturais no período (MCCLINTOCK, 2010, p.344). Em sua própria interpretação, Haggard era um sinal evidente da decadência condicionada hereditariamente: sua autobiografia, *The Days of My Life*, escrita em 1912 e publicada postumamente em 1926, é uma narrativa de revitalização, do trajeto progressivo de uma “criança estúpida” e “lunática”, o “menino

estúpido da família” (HAGGARD, 1926, p.5), termos profundamente entrelaçados às ideias de degenerescência da época, ao homem estóico e revigorado. A escassez de recursos financeiros, sintomática do arrefecimento da aristocracia rural da qual sua família estava relacionada, levou Haggard a ter uma formação distinta de seus irmãos, todos educados em escolas públicas e alguns com acesso ao ensino superior. Sua trajetória sofre uma inflexão significativa em 1875, quando, aos dezenove anos, é enviado ao território sul-africano para atuar na equipe administrativa de Henry Bulwer, recém-indicado vice-governador da Colônia de Natal. A trajetória de Haggard na África do Sul, que posteriormente torna-se fonte para sua escrita literária, é sugestiva dos contextos de experiência e atuação política dos sujeitos históricos, dos “lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, onde esses dão sentidos ao que dizem e ao que fazem”, capazes de promover “novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo” (CEFAI, 2001, p.19-20).

O envolvimento de Rider Haggard com a burocracia imperialista e a ascensão à elite branca colonial deixam marcas inegáveis em suas práticas letradas. Assinalam, por extensão, o envolvimento do jovem com um momento de particular instabilidade política e territorial no âmbito sul-africano, dividido entre as colônias britânicas do Cabo e de Natal, as repúblicas bôeres do Transvaal e do Estado Livre de Orange, e os protetorados africanos de parcial autonomia: Basutolândia (estabelecido em 1868), Bechuanalândia (1885) e Suazilândia (1893). Após atuar na administração de Bulwer, Haggard passa a integrar a equipe de Theophilus Shepstone, administrador de Questões Nativas de Natal e responsável pela anexação do Transvaal às possessões britânicas em 1877. Do período em que permanece no território sul-africano, Haggard envolve-se diretamente com dois conflitos interétnicos importantes: a guerra Anglo-Zulu (1879) e a guerra Anglo-Bôer (1880-

1881), que resulta na devolução do Transvaal aos bôeres pelo primeiro-ministro britânico William Gladstone, ação que ressentia como “uma grande traição”, “cujo amargor o tempo não pode obliterar ou diminuir” (HAGGARD, 1926, p.194).

É preciso lembrar que, nas décadas de 1870 e 1880, distintos projetos políticos de colonização embalavam a relação entre a metrópole britânica e os territórios sul-africanos. Em 1874, com a eleição do governo conservador de Benjamin Disraeli ao cargo de primeiro-ministro, a administração do Império demonstrou um ativo interesse nos assuntos coloniais, o que resultou em tentativas malogradas de estabelecimento de uma confederação que unisse os territórios no subcontinente, situação pouco desejada pelas elites locais, em especial no Cabo, que havia recentemente conquistado parcial autonomia. A anexação militar do Transvaal, durante uma série de conflitos entre os bôeres e populações africanas, evidencia o caráter obstinado dos setores mais conservadores da política colonial em resposta ao desfecho das malfadadas negociações de unificação. Contudo, a eleição de Gladstone ao cargo de *premier* britânico em 1880 conduziu a um idealismo liberal nas ações imperiais, que atribuía à Colônia do Cabo a responsabilidade financeira pela expansão territorial, sintomático de um protótipo de “império a baixo custo” (WESSELING, 2008, p.309). A “perda” do Transvaal, alvo do ressentimento de Haggard no final da guerra, deve ser interpretada enquanto parte destes direcionamentos conflitantes a respeito da questão sul-africana, complexificada pelo nacionalismo bôer e pelos conflitos como o reino Zulu no mesmo período.

Quando regressa à Inglaterra em 1881 e publica *Cetinayo and his white neighbors* (1882), um exercício de “história política” da “Questão Nativa” (HAGGARD, 1882, p.xi) e das relações interétnicas no território sul-africano, Haggard confere continuidade a uma inserção no mundo

das letras iniciada concomitantemente às funções na administração colonial, pois foi correspondente de periódicos como o *The Gentleman's Magazine*. Nos anos seguintes, consolida a carreira de literato com a publicação de uma série de romances aventureiros e sentimentais tramados no continente africano, dentre os quais se destacam *King Solomon's Mines* (1885), *She* (1887), sobre uma rainha imortal no interior da África, e *Jess* (1887), ambientada em uma fazenda sul-africana durante a guerra entre bôeres e britânicos. A condição de membro atuante nas administrações coloniais na África do Sul e suas experiências de viagens pelo interior do continente africano permitem-lhe reflexões circunstanciadas a respeito das práticas políticas em vigência, de modo que seus romances são povoados por personagens construídos a partir das diversas etnias que conviviam no território sul-africano do *fin-de-siècle*.

Em linhas gerais, sua produção literária encontra-se perpassada por todo um imaginário de impérios perdidos e raças esquecidas, por conflitos portentosos e um desejo de compensação política, econômica ou sexual dos personagens europeus na África, unindo traços de certa sensibilidade romântica, racismo vulgarizado e ímpeto pela aventura. A trajetória de Allan Quatermain, narrada em uma série de romances e contos publicados entre 1885 e 1927, exemplifica as concepções finisseculares em torno da própria ideia de aventura enquanto sinônimo de autorrealização e controle do destino individual. Segundo Sylvain Venayre, entre o final do século XVIII e o início do período vitoriano, a imagem do aventureiro associa-se aos limites da legalidade, personagem marginalizado e incapaz de romper com os limites geográficos europeus. Contudo, ao *fin-de-siècle*, particularmente após a Conferência de Berlim (1884-1885), que oficializa a partilha da África, a ideia de aventura assume novas marcas simbólicas em articulação às representações textuais e visuais de espaços geográficos

distantes, desconhecidos e selvagens, de nítidas implicações políticas ao visar conferir legitimidade às práticas coloniais (VENAYRE, 2011, pp.93-112).

Ao expressarem uma atitude positiva e admiração em torno dos “mitos do individualismo moderno” (WATT, 1996), conectados pelo espírito de aventura e pela valorização da ação humana sobre o espaço ultramarino ou colonial, estes romances amparam a construção do que poderíamos denominar de heroísmo colonial, fulcro de identificação coletiva, modelo de conduta e ação viril, o que em *King Solomon's Mines*, por exemplo, pode ser vislumbrado a partir da descrição do confronto entre Sir Henry e o usurpador Twala:

Um grito de consternação rugiu dos Búfalos [exército formado por guerreiros nativos] quando o grande machado de nosso herói caiu por terra; e Twala, novamente erguendo sua arma, lançou-se contra ele num brado. Cerrei os olhos. Quando os abri novamente, foi para ver o escudo de Sir Henry caído sobre o chão, e o próprio Sir Henry com os grandes braços enroscados contra o peito de Twala. Para frente e para trás eles balançavam, agarrados um contra o outro feito ursos, esforçando-se com todos os seus poderosos músculos pelo amor à vida e por mais amor à honra. (...) Era um confronto formidável e uma coisa impressionante de se ver (HAGGARD, 1901, pp.200-201).

Nestas e noutras narrativas de virilidade ambientadas nas colônias africanas, elementos de masculinidade e heroísmo entrelaçam-se a qualidades raciais, em um esforço de legitimação da superioridade física e moral dos tipos anglo-saxônicos. A visão de Sir Henry revela a Quatermain o vislumbrar do “grande dinamarquês, pois ele não era mais do que isso, suas mãos, seu machado e sua armadura enrubescidas pelo sangue, e ninguém poderia sobreviver ao seu ataque”. As referências aos

tipos nórdicos, bem como a menção aos “seus ancestrais Bersekir” (HAGGARD, 1901, p.193), sugerem o modo como que, para Haggard, a virilidade era vista como uma qualidade redentora e racialmente determinada, articulando a um só tempo um modelo militar de extraordinária bravura e o preceito evolucionista do direito de sobrevivência ao mais forte. A brutalidade dos golpes e dos ataques de europeus vistos como civilizados, evidencia uma simultânea revisão dos códigos de virilidade e dos valores imperialistas, na medida em que características associadas às “raças inferiores”, ao exemplo do atavismo, palavra chave nas teorias degeneracionistas ao pressupor o retorno de características primitivas, eram apropriadas por estes homens nas colônias reimaginadas pela literatura. Assim, de modo intensamente simbólico, Sir Henry “vestiu-se como um guerreiro nativo”, em um “uniforme de guerra” dos Kukuana o qual, além de contar com lâminas nativas, “somava-se a um revólver” e causava em Quatermain a impressão de ser “sem dúvidas, uma vestimenta selvagem” (HAGGARD, 1901, p.170).

Como se vê, estas ficções literárias tramadas nos territórios desconhecidos do que se convencionou chamar, naquele período, de “continente negro”, estavam carregadas de cenários de revitalização viril em resposta às crises de masculinidade ao *fin-de-siècle*, mas simultaneamente desestabilizam as linhas divisórias entre distintos grupos étnico-raciais em favor de suas qualidades redentoras. Estes romances eram construídos a partir das experiências concretas e da imaginação literária de romancistas e de muitos dos seus leitores contemporâneos, enfatizando os encontros culturais e as violências interétnicas decorrentes de um processo macropolítico: o imperialismo britânico no final do século XIX. Por isso, o posicionamento teórico-metodológico que observa a literatura enquanto objeto cultural e fonte de conhecimento histórico a respeito do tempo pretérito, admite que a “obra literária

encerra, em si mesma, uma função simbólica de comunicação, quase sempre em analogia com a realidade histórica” (GRAWUNDER, 1996, p.27). O escrutínio destas narrativas como formas de interpretação e metáfora das políticas coloniais demanda ainda atenção ao fato de que, nos textos literários, “se cruzam forças sociais vivas e cada elemento de sua forma está impregnado de valorizações sociais” (GRAWUNDER, 1996, p.114), sintomáticos dos sentimentos e das sensibilidades de um autor, de seu lugar social e circunstâncias históricas, catalisados em narrativa textual.

As transformações nos lugares sociais ocupados por homens e mulheres ao *fin-de-siècle*, em particular pela emergência dos movimentos que defendiam a emancipação sexual de mulheres, sua inserção em carreiras profissionais e ao ensino superior, bem como o direito ao sufrágio, contribuía para criar certo sentimento de instabilidade na configuração das relações de gênero. Aos setores mais conservadores, a defesa por novos direitos políticos pelas mulheres e seu deslocamento gradual da esfera doméstica para a esfera pública levaram a um ardente entusiasmo pelo Império, interpretado enquanto uma possibilidade de fortalecimento da virilidade. Nesta perspectiva, as colônias, distantes das rígidas convenções sociais e das restrições morais ou religiosas, tornavam-se espaços de ação e aventura, nos quais homens comuns assumiam o manto de conquistadores e aventureiros (CADY, 2011, p.5-6). Os romances de aventura e a literatura infantil produzida neste período, para além de saciar os anseios de muitos leitores comuns pelo gosto do perigo, atuam como referenciais para condutas e ações de meninos e homens, os quais, comprometidos com o Império e suas vicissitudes, tornariam-se capazes de romper com os limites territoriais. Desta forma, reveste-se com relevância o fato de Rider Haggard dedicar as aventuras de Quatermain, em *King Solomon's Mines*, “a todos os meninos, grandes e pequenos” (HAGGARD, 1901, s.p.).

“Um cavalheiro inglês, como ele deve ser”: representações do passado e códigos de masculinidade em *Marie*

Ambientado no território sul-africano em meados da década de 1830, *Marie* narra a juventude de Allan Quatermain, suas relações com os bôeres e os Zulus no interior do subcontinente, bem como o destino trágico de sua primeira esposa, a jovem Marie Marais. *Marie* insere-se simultaneamente em dois conjuntos da produção literária de Rider Haggard: em primeiro lugar, pertence a uma série de romances ambientados na África do Sul e construídos a partir de relações interétnicas, frequentemente conflituosas, entre ingleses, bôeres e africanos, cingindo elementos de aventura e sensibilidade romântica, em especial no que concerne as descrições das paisagens naturais da região. Em segundo lugar, inaugura uma trilogia de romances dedicados a eventos históricos na África do Sul, e que ainda incluem *Child of the Storm* (1913), o qual descreve o envolvimento de Quatermain com os conflitos entre o monarca Zulu Cetshwayo e seu irmão Mbuyazi na batalha de Ndongakusuka, entre 1854 e 1856, e encerra-se com *Finished* (1917), dedicado à participação do personagem na guerra Anglo-Zulu de 1879 e, em específico, na batalha de Isandlwana, que marcou uma derrota britânica em combate contra os Zulus.

Na imaginação literária de Rider Haggard os destinos individuais de seus protagonistas confundem-se com os rumos da formação da nação sul-africana, sobretudo em seu passado recente, o que enfatiza a força da literatura no que se refere às “diversas formas de relação com o passado que o tornam contemporâneo do presente” (CHARTIER, 2011, p.95). Em maior ou menor medida, Haggard fornece aos leitores impressões literárias de personagens comuns sobrepostos a um plano de fundo histórico, convertidos em heróis ou heroínas por atos de bravura ou abnegação. E, com certa frequência, constitui destinos ficcionais alternativos às narrativas historiográficas da África do Sul

produzidas por historiadores coloniais, ao exemplo de George McCall Theal e seus volumosos compêndios de documentos históricos, ou nacionalistas *afrikaners* como o clérigo Stephanus Jacobus du Toit e suas epopeias de martírio bôer e opressão britânica durante o *Great Trek*². A “grande jornada” de 1836 foi caracterizada pela dispersão geográfica e deslocamento migratório de bôeres, descendentes de holandeses, franceses e alemães, da colônia do Cabo para o interior do subcontinente sul-africano, em decorrência de diversos fatores relacionados à crescente esfera de influência política britânica na região. Nas últimas décadas do século XIX, com a emergência do nacionalismo *afrikaner*, o *Great Trek* passa a ser visto como elemento nacional e mito de origem da nação sul-africana, parte dos esforços de muitos intelectuais em conferir sentidos explicativos à contemporaneidade, sobretudo em referência às relações interétnicas conflituosas e a legitimidade da ocupação territorial.

A “grande jornada” da década de 1830 ocupa espaço significativo na produção histórica e literária do final do século, e integra os esforços de muitos intelectuais em estabelecer elementos de distinção e origens demarcatórias da ocupação territorial sul-africana. O ímpeto pela constituição de um campo da escrita do passado, capaz de fornecer sentidos que explicassem a estratificação social e étnico-racial das colônias e repúblicas sul-africanas, fica nítido na atuação do historiador colonial George McCall Theal, o qual, além de produzir inúmeros volumes dedicados à história sul-africana, compila vasta documentação referente aos processos de deslocamento territorial. Em *History of the emigrant Boers in South Africa*, publicado em 1888, o *modus operandi* do historiador, ao elencar um misto de ímpeto cientificista e inspiração

rankeana, envolta em uma áurea de imparcialidade e objetividade, enfatiza o caráter arquivístico-documental e a seletividade das fontes, o que implica na exclusão de livros categorizados como “poesia, ficção e ciências especiais” (THEAL, 1888, p.viii). No que diz respeito ao deslocamento dos bôeres, opta pela multicausalidade, explicando a insatisfação dos migrantes com a ineficácia das instituições imperiais britânicas em oferecer amparo aos colonos e, de modo mais específico, acusando os missionários da London Society na Colônia do Cabo de “advogar esquemas diretamente hostis ao progresso da civilização e à permanência da ordem” (THEAL, 1888, p.62).

Ao narrar o *Great Trek* enquanto instância fundacional das colônias sul-africanas e repúblicas bôeres, McCall Theal resgata integralmente a carta-declaração do líder bôer Piet Retief (1780-1838), na qual consta uma lista de dez motivos e resoluções associadas ao deslocamento dos colonos rumo ao Transvaal. A incorporação do documento histórico atua enquanto demonstração da erudição arquivística do historiador colonial, e de modo simultâneo, evidencia os investimentos na articulação de uma memória coletiva do passado sul-africano que prioriza o protagonismo de bôeres e ingleses a partir de “uma força coesiva, legitimadora e intelectual na evolução de uma mitologia da nacionalidade colonial branca” (SCHREUDER, 1986, p.96). Em obras posteriores, particularmente em sua coletânea *History of South Africa*, publicado entre as décadas de 1880 e 1910, o ponto de partida fundamenta-se na migração de etnias africanas na região, particularmente os grupos San e Khoikhoi, bem como o impacto causado pelas levadas migratórias de Bantos, em especial, os Nguni e os Sotho, portanto, a vasta produção intelectual do historiador sul-africano não exclui elementos

2 Estas narrativas de caráter histórico ou historiográfico, sugestivas das múltiplas e contraditórias interpretações do passado e do território sul-africano produzidas entre as décadas de 1870 e 1890, estão sendo mapeados pela pesquisa de doutoramento do autor e apontam ao modo como diversos setores sociais e políticos, na colônia e na metrópole, passam a compreender as relações interétnicas e a ocupação do território em um âmbito temporal.

singulares de distinção, passíveis de análises posteriores mais detalhadas.

Alinhavado à valorização do passado sul-africano enquanto instância fundacional e narrativa constituinte de sua contemporaneidade, Rider Haggard produz diversos romances ambientados no *Great Trek*, ao exemplo de *Swallow* (1899), cuja trama detalha as aventuras de uma jovem bôer e uma sacerdotisa africana, *The Ghost Kings* (1907), romance que elenca elementos sobrenaturais e protagonismo colonial feminino no contexto da “grande jornada”, e *Marie*, foco de problematização deste artigo. Dedicado ao seu antigo empregador na África do Sul, Sir Henry Bulwer, o qual Haggard considera como modelo de um “cavalheiro inglês, como ele deve ser” (HAGGARD, 1912, p.vi) – portanto, em uma gramática que cingia política colonial e masculinidade – *Marie* é originalmente serializado na revista *Cassell's*, entre setembro de 1911 e fevereiro de 1912, dois após a formação da União Sul-Africana que oficializou sua unificação territorial e política.

Narrado por Allan Quatermain em sua velhice, *Marie* concentra-se nos destinos trágicos de um grupo de *voortrekkers* aniquilados pelos Zulus após alcançarem a região de Natal (atualmente KwaZulu-Natal). Parte significativa da narrativa envolve os esforços do jovem Quatermain em salvar sua noiva, a bôer Marie Marais, e seus compatriotas da ameaça representada pelo expansionismo Zulu entre 1834 e 1836. Allan ainda enfrenta a rivalidade do português Hernan Pereira, homem ganancioso que almeja possuir Marie, e a desconfiança e oposição do pai da jovem, o bôer huguenote Henri Marais. Após Marie e seus familiares migrarem para o interior sul-africano, Allan ingressa no exército colonial e, ao receber uma carta de sua amada, na qual relata o caráter malfadado dos *trekkers*, parte ao resgate da jovem. No clímax, uma delegação de bôeres, liderados por Piet Retief, é traída e executada pelo monarca dos Zulus, Dingaan. Quatermain

é acusado injustamente de ter traído os bôeres e secretamente condenado à morte; para salvar a vida dele, Marie o entorpece com sonífero, esconde-o em meio a arbustos e, vestindo roupas masculinas, é confundida e assassinada por Hernan. Henri, enlouquecido ao descobrir a morte de sua amada filha, fere mortalmente Pereira, o qual é por fim morto por Quatermain após este despertar.

A narrativa de *Marie*, ao abordar as trajetórias dos descendentes de holandeses e franceses huguenotes rumo ao Transvaal, possibilita refletir a respeito da “construção do passado pelas obras literárias” (CHARTIER, 2011, p.95). Estas peculiaridades, que revestem a trama de Rider Haggard com elementos de um romance histórico do passado da colonização sul-africana, podem ser vislumbrados a partir da utilização de personagens históricos (Dingaan, Piet Retief), bem como da representação literária de eventos (o *Great Trek*, o massacre de Retief e seus emissários), e inscrevem o período com as marcas da violência interétnica: “deste período manchado de sangue, eu tentei relatar”, afirma Haggard na dedicatória, “do *Great Trek* e de suas tragédias, como o massacre do sincero Retief e seus companheiros nas mãos do rei Zulu, Dingaan” (HAGGARD, 1912, p.vi). O caráter verossímil é reforçado, por exemplo, pela utilização de recursos narrativos, tais como um Prefácio, que assinala a expectativa de que os leitores encontrassem “interesse histórico” nos relatos, e pela incorporação de uma “Nota do Editor”, detalhando como o manuscrito de *Marie* havia sido descoberto entre os papéis deixados pelo então recém-falecido Allan Quatermain.

A representação do tempo pretérito pela narrativa literária, tal qual ilustrado por *Marie*, possui uma relação simbiótica com o que Stephen Greenblatt denomina de “energia social” (GREENBLATT, 1998), expressão que referencia a capacidade da literatura em captar elementos da linguagem, de ritos e práticas que circulam no mundo social, ao qual retornam por

meio das apropriações de seus leitores. O movimento de circulação e negociação entre mundo social e obra literária permite “apoderar-se de qualquer realidade”, dentre as quais, as “representações do passado”, o que ocorre, por vezes, por meio de inflexões e transfigurações dos acontecimentos relatados em outras narrativas mais estritamente historiográficas, propondo aos seus leitores “arquétipos, mais do que circunstâncias” (CHARTIER, 2011, p.95-101). Tropos retóricos de martírio e sofrimento demarcam o modo como Rider Haggard, por meio de seu narrador, detalha a saga dos *voortrekkers*, em um misto de simpatia e empatia com os destinos trágicos de seus articulistas:

Das trinta e cinco almas originais, sem contar os nativos, que haviam acompanhado Henri Marais em sua malfadada expedição, sobravam agora apenas nove sobreviventes na nova Maraisfontein (...). O resto, com exceção de Hernan Pereira, morrera de febre ou de fome, pois quando a febre diminuiu com a mudança de estações, a fome estabeleceu-se (...). E então, quanto a *biltong*, ou carne seca, havia sido consumida, eles foram movidos a qualquer oportunidade conhecida aos famintos, como cavar raízes, ferver a grama, galhos e folhas, capturar lagartos e assim por diante. Acredito que estavam efetivamente alimentando-se de lagartas e minhocas (HAGGARD, 1912, p.128-129).

A despeito de certa unilateralidade na construção de seus personagens – Henri Marais, por exemplo, é motivado desde o início da trama por “preconceitos de raça” (HAGGARD, 1912, p.61) – Haggard complexifica os fatores históricos relacionados à “grande jornada”, ao fornecer ênfase à presença nativa nas regiões almeçadas pelos bôeres. Com efeito, *Marie* pode ser interpretada como uma narrativa do

expansionismo Zulu na primeira metade do século, bem como das suas implicações na formação de rivalidades com os bôeres. Em sua jornada rumo ao acampamento dos *voortrekkers*, Allan e seu laçao, um “hotentote”³ chamado Hans, alcançam “um grande *kraal* chamado Fokoti, no rio Umkusi [Mkuze], o qual parecia estar quase deserto”, exceto pela presença de uma mulher idosa, a qual, ao ser indagada a respeito do estado do vilarejo, afirma que “todos haviam fugido para as fronteiras da Suazilândia, temendo um ataque dos Zulus, cujos territórios começavam para além deste rio”. A despeito da ausência de conflitos entre os Tongas e os Zulus, a mera presença de “um *impi*, um regimento nas margens do rio” motivou-os a “ficar longe destas lanças terríveis” (HAGGARD, 1912, p.61), e portanto deslocando-se territorialmente.

Direta ou indiretamente, Haggard enfatiza uma questão retomada apenas recentemente pela produção historiográfica: o fato de que o período da “grande jornada” dos bôeres coincide com o contexto da *mfecane* (“esmagamento”) ou *difaqane/lifaqane* (“martelada”/“migração forçada”) entre 1815 e 1838, termos utilizados para descrever “o período de intensas mudanças entre os africanos, especialmente os Zulus, numa região central do território sul-africano que corresponde a partes de Natal e do Transvaal” (GOMES, 2015, p.211). Estas mudanças são ocasionadas por uma reordenação territorial e pelo surgimento de novas chefias, ao exemplo dos Matabele e dos Sotho, que rebelam contra as estratégias militares e expansionistas dos Zulus. Os conflitos gerados pela expansão Zulu teriam promovido um vazio demográfico expressivo, circunstância que facilita o deslocamento dos colonos bôeres que abandonam a crescente esfera de influência política britânica na Colônia do Cabo. Por extensão, uma série de conflitos nas fronteiras orientais da Colônia do Cabo,

3 O termo “hotentote”, utilizado no período para descrever as etnias *khoisan*, isto é, populações autóctones que não tiveram sua origem associada à Colônia do Cabo, possui hoje reconhecido caráter pejorativo. Utilizo aqui o termo apenas para referenciar a expressão como é utilizada por Rider Haggard no romance *Marie*.

entre britânicos e os exércitos Xhosa, ocasiona perdas materiais e a morte de fazendeiros bôeres, situações que agravam as hostilidades entre os colonos na região e impulsionam a migração na metade da década de 1830.

Aqui e em outros de seus romances ambientados no *Great Trek*, Haggard parece alinhavar-se com a interpretação zulucêntrica da *mfecane*, proposta e difundida inicialmente pelo historiador George McCall Theal. Enquanto discursos precedentes a respeito do primeiro quartel do século enfatizavam os efeitos do deslocamento étnico em regiões específicas e com ênfase na multiplicidade étnica envolvida, McCall Theal propôs uma narrativa geograficamente coesa, que culpabilizava os zulus, uma força política inegável no final da década de 1870 e ameaça aos projetos expansionistas, como responsáveis pelo genocídio e dispersão étnica que teria ocasionado um esvaziamento territorial, posteriormente ocupado pelos bôeres. Por este motivo, a intencionalidade de McCall Theal visava legitimar a dispersão dos colonos bôeres na década de 1830 enquanto uma saga em busca pela liberdade, para longe da presença britânica, cujo imperialismo era por ele caracterizado como violento e conflituoso (RICHNER, 2005). Do historiador colonial, Haggard conserva a centralidade do expansionismo zulu enquanto elemento motriz dos processos de violência e conflito na década de 1830, mas, de modo distinto a George McCall Theal, não elabora necessariamente uma crítica à força imperial britânica na região, pois a observa como força propulsora do processo civilizatório sul-africano.

Desta forma, pode-se considerar que *Marie* fornece elementos caros à relação entre a literatura e as representações do passado, pois integra um campo de narrativas que visam fornecer leituras do pretérito recente no afã de justificar a contemporaneidade e salvaguardar determinadas interpretações da memória coletiva e da história sul-africana para a

posteridade. Não obstante, se o romance sugere um esforço por parte de Rider Haggard em narrar a formação problemática da nação sul-africana, a trama também deve ser interpretada como uma minuciosa análise da formação do próprio Allan Quatermain, de sua passagem da juventude à vida adulta a partir de códigos de virilidade amparados na defesa da honra e na coragem. Neste sentido, convém destaque à ideia de *bildungsroman*, expressão oriunda da crítica literária e que referencia a dimensão formal de narrativas dedicadas à formação cultural e intelectual de seus protagonistas, com ênfase no desenvolvimento de traços morais e psicológicos. Em resposta às tensões finisseculares entre triunfos da virilidade e crises da masculinidade, Rider Haggard remete estrategicamente a formação de seu herói a um período violento da história sul-africana, capaz de inculcar em Quatermain as qualidades viris necessárias para sua legitimação enquanto homem adulto.

Na imaginação literária de Haggard, o modelo de virilidade de Allan Quatermain possui um desdobramento inicial, relacionado ao recrutamento nas forças militares coloniais, o qual fornece garantia de seu fortalecimento físico e demonstrações de atos de coragem. O reconhecimento da “defesa de Maraisfontein” e suas “proezas com o tiro”, no ataque Zulu à fazenda de Henri Marais, fizeram com que “as autoridades me comandassem a servir nas contínuas guerras Kaffir nas fronteiras e instantaneamente me concederam uma comissão enquanto uma espécie de tenente em um esquadrão nas fronteiras” (HAGGARD, 1912, p.101). Sua trajetória na defesa do Cabo é brevemente mencionada, mas com ênfase em um percurso de conquistas físicas, seja por meio de medalhas ou pelo acúmulo de cicatrizes, afinal “uma vez fui ferido levemente, e duas vezes escapei quase sem vida. Certa vez fui repreendido por assumir um risco tolo e perder alguns homens. Duas vezes fui condecorado pelo que chamam de ações galantes”

(HAGGARD, 1912, p.101-102), tais como salvar os companheiros das lanças inimigas ou executar chefes rivais. Seu esquadrão é enfim dissolvido, e Allan “retorna ao lar, não mais um rapaz, mas um homem, com ampla experiência e conhecimento singular dos Kaffirs, sua linguagem, história, modos de pensamento e ação”. O contato com os oficiais do exército permitem-lhe aprender “as idéias e os hábitos de um cavalheiro inglês” (HAGGARD, 1912, p.102), indicativo da intersubjetividade e das dimensões homosociais na construção da virilidade.

Da parte de Haggard, a imagem de uma masculinidade militar, enquanto postulado para a revitalização do Império Britânico, transparece em outros dos seus romances de aventura publicados naquele período, ao exemplo de *Queen Sheba's Ring* (1910). Por intermédio de uma tribo africana, os Abati, afetados pela “decadência devido ao casamento consanguíneo”, vivendo em uma “terra fértil e cercada de montanhas”, cujo pacifismo os tornava em um “bando de cães enfraquecidos” (HAGGARD, 1910, p.9; p.107), o literato estabelece uma alegoria ao que observa como a complacência britânica e a ausência de características viris em seus compatriotas. Seu amigo e correspondente, o “poeta do Império” Rudyard Kipling, corroborava esta interpretação, pois em missiva enviada a Haggard no período posterior à publicação de *Queen Sheba's Ring* destacava “aquilo que você diz a respeito do Império e a possibilidade de usar o cenário de seu *Queen Sheba's Ring*” (KIPLING; COHEN, 1965). A necessidade pela revitalização viril e racial de anglo-saxônicos recebe destaque após diversas derrotas ao longo da guerra sul-africana, travada entre soldados ingleses e colonos bôeres entre 1889 e 1902, a qual mobiliza ampla produção cultural e interpretações múltiplas, contraditórias e paradoxais destes processos históricos, assinaladas por uma constante preocupação com os rumos do Império e com o condicionamento

físico e moral de seus apologistas (KREBS, 1999).

No que concerne à formação de meninos e adolescentes no último quartel do século XIX, merece atenção a emergência do escotismo, fundado por Robert Baden-Powell em 1910, militar britânico envolvido na guerra sul-africana, sob inspiração nas ações do oficial norte-americano Frederick Russel Burnham. Em suas memórias narradas, Haggard estabelece um paralelo indubitável entre Burnham e seu herói Quatermain, ao afirmar que de suas “aventuras extraordinárias”, ele havia “conquistado maior experiência de fato do que o próprio Allan Quatermain na ficção” (HAGGARD, 1926, p.122). Desta forma, contrapondo o personagem histórico ao herói literário, Haggard sugeria uma linha tênue entre ficção e realidade, e reitera certo efeito de realidade construído “a partir da referência a elementos que estão fora do próprio texto” (KAMINSKI, 2013, p.69). Assim como os romances de aventura voltados para “todos os meninos, pequenos e grandes”, o escotismo visava traduzir aos jovens valores baseados na solidariedade masculina, treinamento físico e excelência moral.

Em *Marie*, Haggard acentua a necessária instrução militar em seu personagem Allan Quatermain e reforça sua recusa a uma carreira religiosa, tal qual seu pai, um missionário inglês na Colônia do Cabo. Para o narrador, “a Igreja enquanto uma carreira não me atraía”, talvez “porque eu sabia que enquanto um clérigo, não teria oportunidade de viajar ao norte quando me convocassem” (HAGGARD, 1912, p. 100). Observando retrospectivamente suas escolhas de juventude, afirma sua satisfação com a opção por tornar-se um caçador, pois “aquilo me era adequado; aquele era o buraco insignificante nos assuntos do mundo que eu era destinado a ocupar”, cujos “únicos dons eram a arte do tiro e a observação, misturada com um pouco de filosofia rudimentar” (HAGGARD, 1912, p.101). A escolha consciente por uma carreira militar, e posteriormente pela caça em safáris, o

big-game hunting, reforça ideais classistas de masculinidade cultivados por muitos homens dos estratos médios da sociedade no *fin-de-siècle*, baseados em contextos homossociais do exército, do esporte ou dos clubes de cavalheiros, em detrimento da figura patriarcal enfatizada nas primeiras décadas do século, cuja autoridade adquiria legitimação moral ou religiosa (TOSH, 1999, p.147).

A iconografia textual e imagética de caçadas nas savanas africanas agrega expressividade no que diz respeito às figurações de virilidade em situações coloniais e, em *Marie*, auxilia a construir uma áurea de bravura e heroísmo em torno de Allan Quatermain. Em pelo menos duas situações, as habilidades de Quatermain com o tiro ao alvo são requisitadas como sintomático de sua intrepidez: a primeira delas, concernente a uma disputa com Hernan Pereira na primeira parte do romance, traduz para o contexto sul-africano os princípios dos duelos, a rivalidade entre homens e um indício prematuro do caráter insidioso do português. Isto porque, para alcançar o objetivo de acertar uma quantidade maior de aves do que seu rival inglês, Pereira utiliza de munição adulterada. A segunda situação, de aspecto mais decisivo à sobrevivência dos bôeres, referencia o aprisionamento pelo Zulu Dingaan, e o pacto firmado com Quatermain, a quem promete a liberdade dos *vootrekkers* mediante demonstração de seus “poderes mágicos” (HAGGARD, 1912, p.204) com armas de fogo. Estas situações não estavam apartadas de muitas narrativas de viajantes e exploradores no continente africano a partir da década de 1880, ao exemplo de Richard Francis Burton e Henry Morton Stanley, os quais intensificam um interesse de europeus por safáris ao conectarem descrições de perigo, exotismo e proeza viril com as armas.

Estas narrativas desempenham um papel

geopolítico, já que a escassez de caça nas regiões litorâneas força os viajantes e aventureiros ao interior do continente, expandindo assim as fronteiras de interesses coloniais. O fato de Quatermain aceitar a proposta dúbia de Dingaan aponta ainda a outro elemento recorrente nas atividades esportivas e nas caças realizadas por homens brancos no interior africano, isto é, a percepção de que a expansão das regiões almeçadas pelas políticas colonialistas, sobretudo pela *British South Africa Company*, companhia de colonização fundada pelo magnata da mineração Cecil Rhodes em 1889, não ocorre de modo uniforme, mas sim a partir de negociações, comprometimentos e instâncias de coerção ou cooperação com as populações e elites locais. Além disso, certos saberes a respeito da flora e da fauna fornecidos por informantes africanos eram apropriados, incorporados ou descartados pelos europeus (CORREA, 2015), situação metaforizada em *Marie* pelos encontros entre Allan e os personagens nativos, tais como seu lacaios Hans, a idosa no vilarejo Tonga e a zulu Naya, que durante seu aprisionamento informa Quatermain a respeito de uma “variedade de assuntos”, entre os quais “a história dos Zulus e de tribos semelhantes, ou a personalidade de Chaka⁴, o grande rei” (HAGGARD, 1912, p.294). Adicionalmente, a dependência com relação ao conhecimento de nativos africanos complexifica e desestabiliza um dos componentes críticos da masculinidade idealizada e incorporada no imaginário destes vitorianos: a ideia de que o continente africano possibilita o corolário máximo da liberdade de ação destes aventureiros, questão central na revitalização da virilidade imaginada pelos romances de aventura (THOMPSELL, 2015, pp.42-72).

A construção da masculinidade de Allan Quatermain em *Marie* ainda ocorre de modo relacional, isto é, em articulação ou oposição a

4 Chaka [sic], Shaka Zulu, Tshaka, ou ainda Shaka kaSenzangakhona (1787-1828), foi um dos principais monarcas Zulus no início do século, responsável pelo movimento de expansão e militarização do reino no território entre os rios Tugela e Pongola. Foi assassinado por seu meio-irmão, Dingaan

outros personagens da trama, especialmente Hernan Pereira, que fornece um anti-modelo de virilidade e hibridismo racial, por se tratar de um vilão híbrido de bôer e português, além de uma metáfora ao que Haggard observa como a falência dos projetos políticos coloniais portugueses na região da Baía de Maputo, que descrevera em 1882 como estando “inteiramente nas mãos dos nativos” (HAGGARD, 1882, p.94). Finalmente, sua masculinidade se legitima a partir da relação entre Allan e Marie, categorizada na trama como “um tipo muito incomum de mulher” (HAGGARD, 1912, p.50), em especial após tornarem-se noivos, o que possibilita pensar em alguns dos elementos principais na confirmação das características viris de homens adultos no final do século, isto é, o abandono da solteirice, carregada de ambiguidades nas narrativas culturais do período, e a expectativa de edificar um lar – microcosmo da nação e do Império – sustentado pelas atividades produtivas do marido (TOSH, 1994, p.185). Além disso, as entrelinhas desta literatura aventuresca, imersas na “articulação e conceptualização da realidade ficcional e histórica” (GRAWUNDER, 1996, p.118), permitem vislumbrar uma dimensão sensível de difícil acesso nos discursos masculinos: o sofrimento por amor enquanto parte integrante das figurações de virilidade.

Ao narrar as possibilidades de ação feminina nas colônias, Rider Haggard promove adaptações dos cultos da feminilidade oitocentista, ideário de gênero que valorizava a mulher a partir de qualidades como a sublimação da sexualidade, o cultivo da castidade e da abnegação, além de sentimentos gentis e dóceis, elementos integrantes do imaginário do “anjo do lar”. Esta visão do feminino reforçava as diferenças naturais entre homens e mulheres, delegando a estas o gerenciamento da esfera privada, por meio do papel de esposa virtuosa e mãe dedicada. Desta forma, Allan Quatermain narra seus sentimentos por Marie como um misto de “afeição muito discreta, quase fraternal,

ou mesmo maternal, nos seus aspectos exteriores e visíveis” (HAGGARD, 1912, p.16). A despeito das restrições concernentes à atuação de Marie no romance, Haggard reafirma a autoridade da personagem sobre os próprios sentimentos, ao exemplo do episódio em que a jovem confronta seu pai quanto à possibilidade de um casamento arranjado: “como uma mulher que tem poder sobre si mesma, eu lhe nego este direito; e por mais que me doa, meu pai, negar-lhe qualquer coisa, prefiro antes morrer!” (HAGGARD, 1912, p.85). Seu destino, ao desfecho do romance, simultaneamente confirma sua capacidade de ação e intervenção, ao salvar Quatermain da morte e legitima seu papel simbólico de esposa dedicada, ambigualmente entrelaçado pela impossibilidade de sobrevivência.

Se as colônias são interpretadas por Rider Haggard como espaços de revitalização masculina e possibilidade de amor, a resolução final sugere a incompatibilidade destes valores, e a impossibilidade da vida doméstica ou no âmbito familiar para Allan Quatermain. A morte de Marie, a aniquilação dos núcleos familiares bôeres e a destruição de Maraisfontein, lar de Henri e de sua filha, no início do romance, são sugestivos das novas configurações subjetivas de gênero após a década de 1880, momento em que a domesticidade passa a ser associada por muitos homens a rotinas tediosas e restrições femininas. No *fin-de-siècle*, o nível ascendente de homens solteiros e de afiliações a clubes de exclusividade masculina, bem como o anseio por possibilidades de aventura, seja pela prática de esportes, nos exércitos coloniais ou no consumo de literatura, evidenciam a recusa do espectro da domesticidade pressentida por Allan no início de sua jornada: “e então, deixamos o nosso amor para voltar as atenções à guerra” (HAGGARD, 1912, p.27). A aventura, na perspectiva de Haggard e de muitos imperialistas, estava em outro lugar.

A análise da obra literária, com atenção especial para as relações simbióticas entre textos

e contextos no processo de interpretação das práticas políticas coloniais, possibilita argumentar que, em *Marie*, Rider Haggard fornece uma visão do passado sul-africano fortemente demarcada por expressões de masculinidade e aventura, mas também de martírio e sofrimento. Em resposta às crises de virilidade, sentidas e ressentidas por muitos dos seus contemporâneos, o literato imagina um cenário de revitalização masculina e recusa à esfera doméstica, estrategicamente ambientado em um período particularmente violento da história sul-africana. Desta forma, esta óptica de análise e problematização possibilita reforçar a potencialidade da literatura enquanto fonte de conhecimento histórico sobre as certezas e incertezas que permeiam a experiência humana no tempo pretérito, de seus sonhos imaginários e ambições políticas, sobretudo nos derradeiros anos da Era dos Impérios do século XIX.

Considerações finais

Nas últimas décadas do século XIX, os discursos de apologistas do racismo reiteram a existência de níveis hierárquicos entre as chamadas “raças inferiores” e os europeus anglo-saxônicos, assertivas acompanhadas de metáforas de conquista, dominação e destruição, capazes de ilustrar o *leitmotiv* de “sobrevivência do mais forte”, princípio advogado por muitos naturalistas naquele contexto. No campo da produção histórica de subjetividades de gênero, estes ideais são mobilizados para legitimar a formação de uma virilidade militante e agressiva, no escopo de assegurar a manutenção das fronteiras coloniais e a defesa pela expansão do Império Britânico. Simultaneamente, intelectuais letrados, médicos sanitaristas e eugenistas promovem uma acentuada preocupação com os excessos sexuais e a miscigenação racial, sobretudo nas colônias, situações que, somadas a outras particularidades históricas daquele período, levam a certa patologização da sexualidade masculina e um senso de crise nos códigos de masculinidade hegemônica.

Por intermédio de seu romance *Marie*, Rider Haggard possibilita uma interpretação em pelo menos duas frentes inter-relacionadas: em primeiro plano, o letrado visa narrar a formação da nação sul-africana, com ênfase no *Great Trek* de 1836-1838, denunciando as violências interétnicas e os preconceitos raciais, particularmente entre bôeres e ingleses, ao exemplo da relação de desconfiança de Henri Marais com o jovem Allan; em segundo plano, a trama atua enquanto *bildungsroman*, dimensão formal e estilística que detalha a formação de Quatermain a partir de elementos capazes de reforçar certo ideário de masculinidade e heroísmo colonial, simultaneamente admitindo a incompatibilidade com valores de domesticidade. Desta forma, seu romance atua enquanto resposta às crises de virilidade, imaginando a formação de homens fortes e bravos no ardor das difíceis condições nas fronteiras do território sul-africano no passado da “grande jornada”, além de evocar situações de heroísmo colonial enquanto corolário das ações de Allan.

Naquele contexto, a literatura de aventura e entretenimento, voltada às massas de leitores, desempenha evidente papel político, pois se obstina a demonstrar, ao lado de narrativas de missionários, viajantes e antropólogos, o que considerava como os traços naturais de crueldade e ignorância dos povos a serem conquistados. Na literatura aventureira do período, o imaginário das colônias enquanto territórios de absoluta liberdade e ausência de restrições morais estava conectado a fantasias de masculinidade revitalizada a partir da violência descomedida e desregrada (DEANE, 2011). Ao entreter leitores, estes romances evocavam o que Hannah Arendt afirmou ser “um mundo que oferecia possibilidades infinitas para crimes em nome da diversão, para uma mistura de horror e de riso” (ARENDR, 1989, p.220). Portanto, estas imagens de heroísmo, aventura ou masculinidade no contexto imperialista não são frívolas e tampouco inofensivas, pois

intencionam a legitimação pública de violências concretas e simbólicas, práticas segregacionistas ou de extermínio, que legaram cicatrizes inegáveis à África colonial.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CADY, Zachary David. **Building a Better Brit: Imperialism and Masculinity in the Lives and Works of H. Rider Haggard and Rudyard Kipling**. Dissertação em História. Harrisonburg: James Madison University, 2011.

CAMILOTTI, Virginia; NAXARA, Márcia. R. C. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. In: **História: Questões & Debates**, n. 50, jan./jun. 2009.

CEFAÏ, Daniel. **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001.

CHARTIER, Roger. O passado no presente. Ficção, história e memória. In: ROCHA, João Cezar de Castro. **Roger Chartier: a força das representações, história e ficção**. Chapecó: Argos, 2011.

CONNEL, R.W. Políticas da Masculinidade. Revista **Educação e Realidade**, v. 20, n.2, 1995.

CORBIN, Alain. Introdução. In: CORBIN, Alain (org.). **História da virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. A 'partilha do gorila' entre ciência e literatura de alhures e saberes locais. Revista **História: Questões & Debates**, v.62, n.1, jan/jun.2015, pp.107-132.

DEANE, Bradley. Imperial boyhood: Piracy and the Play Ethic. **Victorian Studies**, v.53, n.4, 2001, pp.689-714.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. In: Revista **Varia História**, n.28, dez/2002, pp.13-28.

GAY, Peter. **A experiência burguesa: o cultivo do ódio**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

GOMES, Raquel Gryszenko Alves. **De Espinhos e Agulhões: segregação e lei de terras na obra de Sol Plaatje, 1902-1930**. Tese de Doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2015.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. **A palavra mascarada: sobre alegoria**. Santa Maria: UFSM, 1996.

GREENBLATT, Stephen. **Shakespearean negotiations: the circulation of social energy in Renaissance England**. Los Angeles: University of California Press, 1988.

KREBS, Paula M. **Gender, race and the writing of empire: public discourse and the Boer War**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KAMINSKI, Rosane. Reflexões sobre a pesquisa histórica, a ficção e as artes. In: FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane (orgs.). **História e Arte: encontros disciplinares**. São Paulo: Intermeios, 2013.

KIPLING, Rudyard. Letter (12-10-1911). In: COHEN, Morton. **Rudyard Kipling to Rider Haggard: the record of a friendship**. Londres: Hutchinson, 1965.

KUPER, Adam. Nomes e partes: as categorias antropológicas na África do Sul. In: L'ESTOILE, Benoît de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (orgs.). **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. **Revista História, Questões & Debates**, n. 34, 2001, pp.45-63.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: UNICAMP, 2010.

NETO, Flavio Quintale. Para uma interpretação do conceito de Bildungsroman. Revista **Pandaemonium germanicum**, v. 9, 2005, pp.185-205.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RICHNER, Emil J. **The historiographical development of the concept 'mfecane' and the writing of Early Southern African History, from the 1820s to 1920s**. Dissertação de Mestrado. Grahamstown: Rhodes University, 2005.

SCHREUDER, Deryck. The Imperial Historian as Colonial Nationalist: George McCall Theal and the Making of South African History. In: MARTEL, Gordon (org.). **Studies in British Imperial History**. Nova York: Palgrave Macmillan, 1986, pp.95-158.

THOMPSELL, Angela. **Hunting Africa: British Sport, African Knowledge and the Nature of Empire**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

TOSH, John. **A man's place: Masculinity and the Middle-Class Home in Victorian England**. New Haven: Yale University Press, 1999.

TOSH, John. What historians should do with masculinity? Reflections on Nineteenth-century Britain. **History Workshop**, v. 38, 1994, pp.179-202.

VENAYRE, Sylvain. Une histoire des représentations : l'aventure lointaine dans la France des années 1850-1940. In: **Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique**, v. 84, 2001, pp.93-112.

WATT, Ian. **Myths of Modern Individualism: Faust, Don Quixote, Don Juan, Robinson Crusoe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

Fontes

HAGGARD, H. Rider. **King Solomon's Mines**. Londres: Cassel's, 1901.

HAGGARD, H. Rider. **The Days of My Life**, 2 vols. Londres: Longmans, 1926.

HAGGARD, H. Rider. **Cetywayo and his white neighbors**. Londres: Paul, Trench & Trubner, 1882.

HAGGARD, H. Rider. **Marie, An Episode in the Life of the late Allan Quatermain**. Nova York: Longmans, Green and Co., 1912.

HAGGARD, H. Rider. **Queen Sheba's Ring**. Toronto: Top Clark Co., 1910.